

Diagnóstico Socioambiental do entorno da Terra Indígena Kraolândia

RESUMO

Diagnóstico socioambiental do entorno da Terra Indígena Kraolândia

RESUMO

Centro de Trabalho Indigenista - CTI
Associação Wyty-Catë das Comunidades Timbira do Maranhão e Tocantins

2025

Centro de Trabalho Indigenista (CTI)

O Centro de Trabalho Indigenista (CTI), fundado em 1979, é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, constituída por profissionais comprometidos com o presente e o futuro dos povos indígenas. Tem como finalidade contribuir para a autodeterminação dos povos indígenas e a defesa de seus direitos, colaborando para que os mesmos exerçam o controle territorial e a gestão ambiental de seus territórios, além de apoiar sua afirmação étnica e cultural. O CTI atua em Terras Indígenas situadas nos Biomas Amazônia, Cerrado, Pantanal, Mata Atlântica e Pampa. Para saber mais consulte: **trabalhoindigenista.org.br.**

CONSELHO ESTRATÉGICO
Andréia Bavaresco (presidência),
Maria Auxiliadora Cruz de Sá Leão,
Maria Elisa Ladeira, Maria Inês Ladeira, Juliana Noleto
e Eliza Castilla

COORDENAÇÃO GERAL
Eliza Castilla, Helena Ladeira, Jaime Siqueira, Juliana Noleto, Marcelo Hotimski, Priscila Chianca
e Renato Bock

COORDENAÇÃO EXECUTIVA
Jaime Siqueira e Juliana Noleto

Programa Timbira

COORDENAÇÃO
Juliana Noleto e Priscila Chianca

COORDENAÇÃO ADJUNTA
Mariana Guimarães

CONSELHO
Maria Elisa Ladeira, Gilberto Azanha e
Elisete da Silva Noleto

EQUIPE TÉCNICA
Amadeus dos Santos, Fernando Ralfer, Maria Helena Rodrigues, Nayane Januário, Paula Sobral,
Raissa Ladislau e Renan Chaves

ASSESSORIA JURÍDICA
Aluisio Azanha

MONITORAMENTO DE PROJETOS
Pollyana Mendonça

Associação Wyty-Catë

A Associação Wyty-Catë das comunidades Timbira do Maranhão e Tocantins, fundada em 1994, é uma organização indígena que articula e defende os direitos dos povos Timbira. Atua nas agendas de educação, saúde, proteção e gestão territorial e ambiental, dentre outras áreas, realizando interlocuções e incidências políticas junto aos órgãos e instituições da sociedade nacional, e implementando projetos comunitários em apoio às práticas socioculturais diferenciadas e a integridade dos territórios Timbira.

DIRETORIA
Oscar Wanhme Apinajé (Diretor-Presidente)
Paulo Thugram Canela (Vice Diretor – Presidente)
Letícia Jokahkwyj Krahô (Diretora Financeira)
Wagner Crowahreh Krikati (Vice Diretor Presidente)
Edivaldo Totxwá Gavião (Diretor Administrativo)
José Kadete Porhé Canela (Vice Diretor Administrativo)

ASSESSORIA
Alixeya Porto Tinto

CONSELHO POLÍTICO
Gercilha Krytkwyj Krahô, Alberto Hapyhi Krahô, Jonas Pynheh Gavião, Maíra Xipcwyj Gavião,
Arlete Cacuxen Krikati, Maria Capacwyj Krikati, Joel WanhmeXy Apinajé, Creuza Nhiró Apinajé,
Francisquinho Tephot Canela, Vladimir Rodiporo
Canela, Antônio Karruxà Canela e Olimpio Tute Canela.

Diagnóstico Socioambiental da TI Kraolândia

CONSULTORES TÉCNICOS
Paulo Roberto Homem de Góes
Carlos Augusto Wroblewski

COLABORADORES
Indiarrury Kan Krahô

ASSESSORIA TÉCNICA
Paula Sobral

ORGANIZAÇÃO E REVISÃO
Juliana Noleto, Mariana Guimarães e Priscila Chianca

DIAGRAMAÇÃO
Fernando Ralfer

Sumário

1. Introdução 5

2. Panorama do uso da terra 6

3. Panorama Fundiário: glebas e imóveis rurais 11

4. Histórico do desmatamento 19

5. Microrregiões, pressões e impactos 24

6. Considerações finais 30

1. Introdução

O presente diagnóstico socioambiental tem como objetivo analisar informações sobre o uso e ocupação do solo no entorno da Terra Indígena Kraolândia[1], situada na região do MATOPIBA (sigla que faz referência a parte dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), atualmente uma das principais frentes de expansão da fronteira agrícola no Cerrado.

Esse cenário se reflete no desmatamento de áreas de vegetação nativa para abertura de pastagens e monoculturas agrícolas, resultando na fragmentação do bioma Cerrado e em severos impactos aos ecossistemas. Entre os efeitos mais evidentes, destacam-se a perda de biodiversidade, a redução da conectividade da paisagem, que permite a movimentação de animais, sementes, águas, e a degradação dos recursos hídricos.

Diante desse contexto, Terra Indígena Kraolândia foi analisada tomando como foco um raio de 10 quilômetros do entorno dos seus limites, de forma a subsidiar a elaboração de medidas de proteção territorial diante desse cenário adverso.

Cabe destacar que a terra indígena está localizada em uma região de relevância ambiental por estar em uma zona de transição ecológica entre o Cerrado e formações florestais. Essa condição ecológica, os chamados ecótonos, potencializa a diversidade de habitats e a manutenção de serviços ecossistêmicos estratégicos, como a regulação do clima, a reposição das águas profundas e conservação de solos. No entanto, esse mesmo contexto também significa uma elevada sensibilidade às mudanças no uso e cobertura da terra, tornando a região particularmente vulnerável aos impactos da ação humana que avançam sobre seus limites.

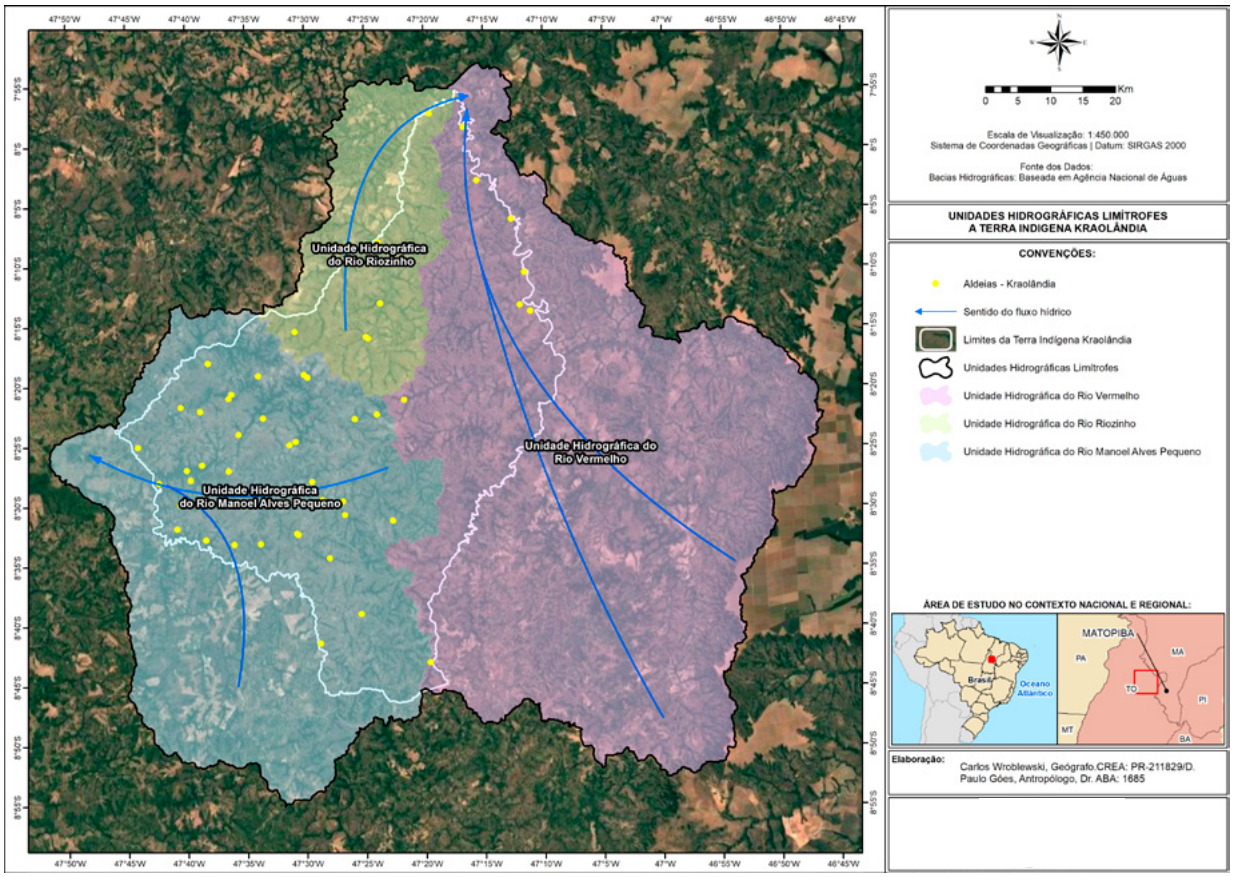
As análises foram feitas por meio de sistematização de dados secundários obtidos junto a fontes oficiais, tais como Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Fundação Nacional dos Povos Indígenas, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e outros órgãos e agências governamentais.

Os dados primários, por sua vez, foram gerados através de Sistemas de Informação Geográfica - SIG. Por fim, visando a qualificação das informações foi realizada visitas a campo, com escuta ativa das lideranças Krahô, sendo visitados 150 pontos, 11 aldeias e 10 entrevistas realizadas.

1 A Terra Indígena Kraolândia está localizada no estado do Tocantins, nos municípios de Itacajá e Goiatins. A TI foi oficialmente declarada através do Decreto 88.118 de 23 de fevereiro de 1983 e homologada em 1991, ocupando uma área de aproximadamente 302 mil hectares. onde vivem, aproximadamente, 3.600 indígenas.

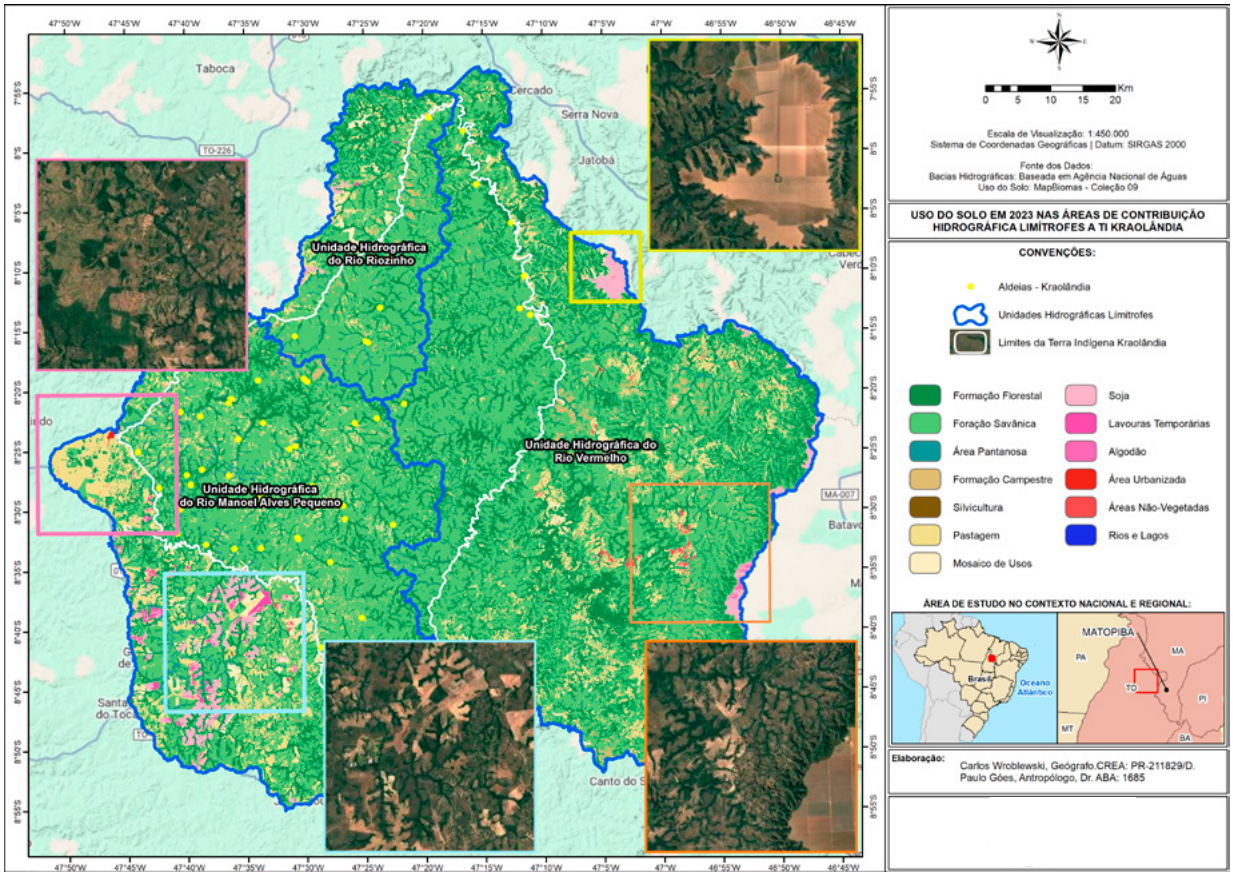
2. Panorama do uso da terra

Foi realizada uma análise do uso e cobertura da terra entre 1985 e 2023 no contexto das bacias hidrográficas que drenam para os rios limítrofes à Terra Indígena Kraolândia, sendo as bacias do Rio Vermelho na porção leste, Rio Riozinho, o qual deságua no Rio Vermelho e no rio Manoel Alves Pequeno, na porção oeste. As áreas, somadas, representam uma área de drenagem de, aproximadamente, 794.963,86 hectares.



Mapa: Unidades hidrográficas lmítrofes à TI Kraolândia.

As bacias que drenam para as áreas limítrofes da terra indígena possuem atualmente em seu interior diversas áreas desmatadas, utilizadas para monoculturas agrícolas e pastagens. A análise dos dados revela uma transformação significativa na paisagem das bacias hidrográficas ao longo dos 38 anos (1985 – 2023).
Observou-se um declínio substancial na cobertura de vegetação natural. A Formação Savânica (Cerrado), que era o tipo de uso predominante, sofreu uma perda de mais de 86.000 hectares, enquanto as áreas com Floresta (Formação Florestal) diminuíram em mais de 11.000 hectares.



Mapa: Uso do solo em 2023 nas áreas de contribuição hidrográfica limítrofes à TI Kraolândia.

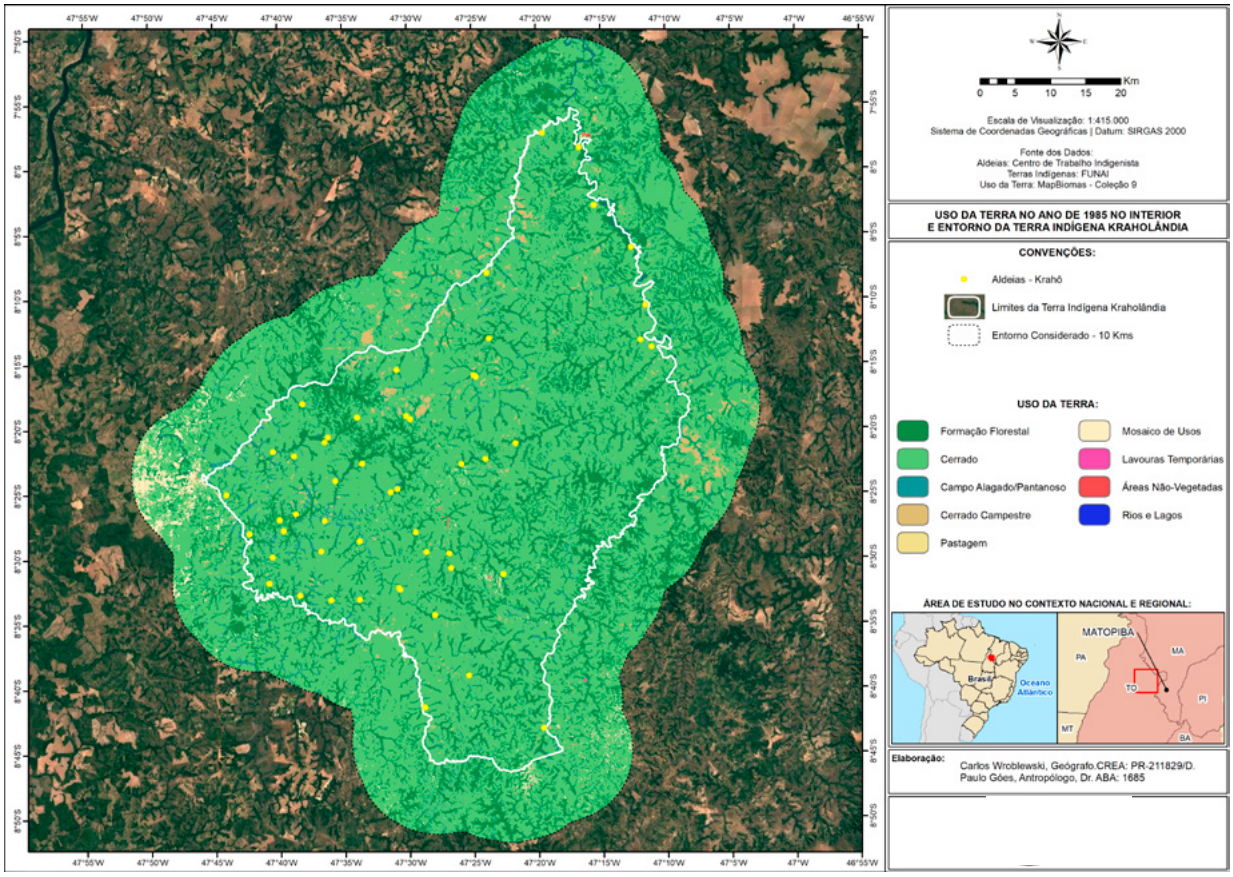
As áreas de pastagem, que em 1985 ocupava apenas 699,45 hectares (0,23%), apresentou um salto significativo, atingindo 46.741,43 hectares (15,32%) em 2023 — um crescimento absoluto de mais de 46 mil hectares. Esse aumento é indicativo da consolidação da pecuária extensiva como principal fator de mudança no uso da terra no entorno da terra indígena, em detrimento da diminuição importante das áreas de Cerrado.

Paralelamente, houve também a intensificação da agricultura mecanizada. A presença da cultura da soja, inexistente em 1985, passou a ocupar 6.795,25 hectares (2,23%) em 2023, ao passo que a classe de outras lavouras temporárias passou de 36,40 ha (0,01%) para 1.936,57 ha (0,63%) — um aumento de mais de 50 vezes. Esses dados confirmam a expansão de monocultivos na região. Vale ainda destacar que grande parte das áreas de soja que impactam a terra indígena não estão nesse somatório, já que estão localizadas na região conhecida como Serra Geral, fora da área de 10 km delimitada para o presente diagnóstico.

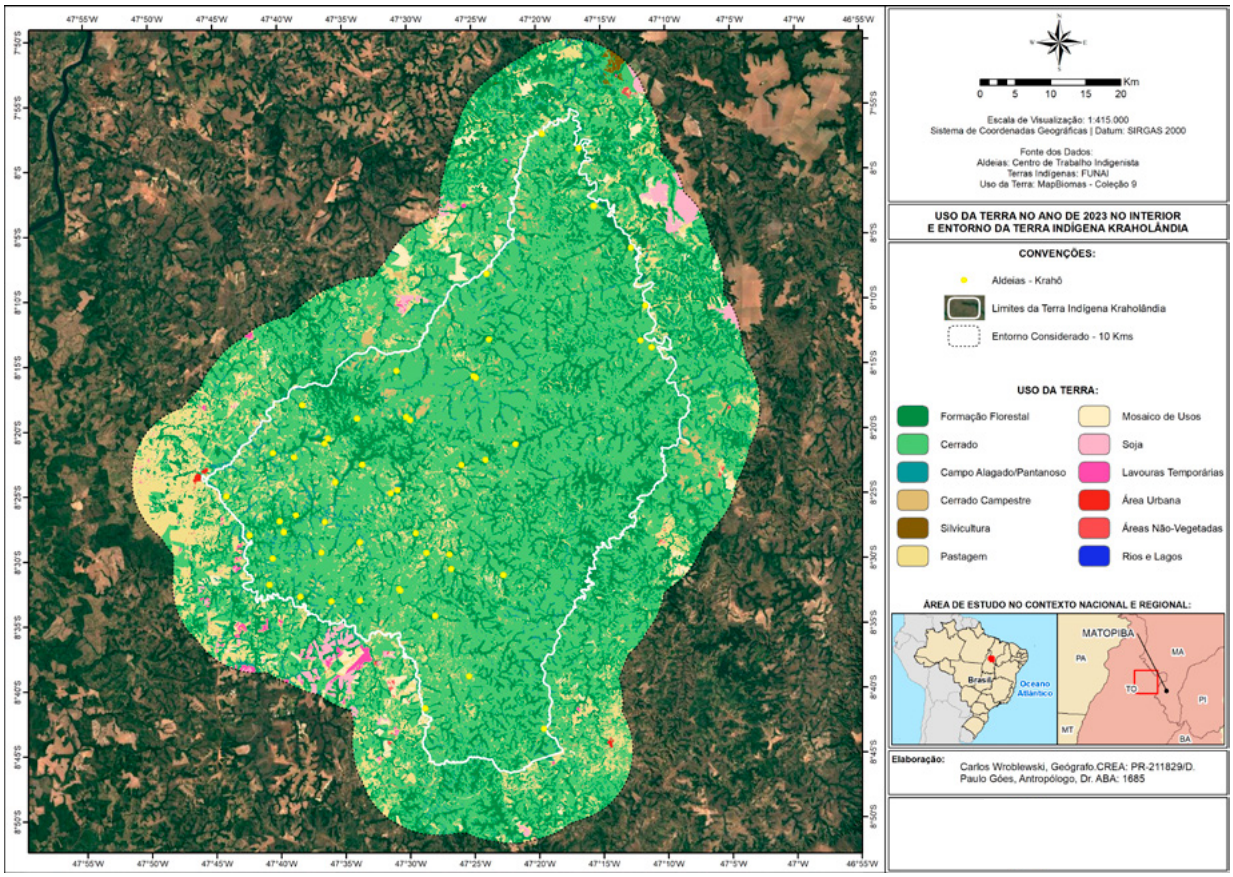
A silvicultura, também ausente em 1985, passou a ocupar 950,48 hectares (0,31%) em 2023, indicando o início ou fortalecimento de atividades de monocultivos florestais com fins produtivos, geralmente associadas a espécies exóticas como Eucaliptos e Pinus. Há grandes empresas que estão se instalando na região com in-

tuito de plantio dessas monoculturas florestais, a exemplo da Eco Brasil Florestas.

Uso (Entorno)	Área (ha) 1985	Área (ha) 2023	Diferença (ha)
Formação florestal	64.706,34	62.166,54	-2.539,80
Formação savânica	221.596,16	165.257,73	-56.338,43
Campo alagado e área pantanosa	6.860,04	6.691,02	-169,02
Formação campestre	4.419,06	3.863,20	-555,86
Pastagem	699,45	46.741,43	46.041,98
Mosaico de usos	5.797,33	9.383,60	3.586,27
Outras áreas não vegetadas	142,40	674,25	531,85
Rio, lago e oceano	838,60	398,72	-439,88
Outras lavouras temporárias	36,40	1.936,57	1.900,17
Soja	0	6.795,25	6.795,25
Silvicultura	0	950,48	950,48
Área urbanizada	0	236,98	236,98



Mapa: Uso da terra no ano de 1985 no interior e entorno da TI Kraolândia.



Mapa: Uso da terra no ano de 2023 no interior e entorno da TI Kraolândia.

Um achado preocupante foi a redução das áreas de rios e lagos, que diminuíram em mais de 56%. Essa perda drástica de corpos d'água superficiais aponta para uma degradação significativa da capacidade da bacia de manter seus recursos hídricos. Essa mudança pode estar associada a processos de represamento ou drenagem artificial, assoreamento, mudanças nos regimes de chuvas e principalmente, à ampliação das áreas de cultivo, tendo em vista que culturas irrigadas, como a soja, demandam volumes significativos de água.

O aumento signifivativo da pastagem e o surgimento de cultivos de soja são os principais contribuintes para a degradação ambiental e da qualidade da água. A aplicação de fertilizantes e agrotóxicos em larga escala nessas atividades agrícolas leva ao escoamento de nutrientes (como nitrogênio e fósforo) e substâncias químicas para os corpos d'água.[2]

O excesso de fertilizantes que são utilizados nas plantações e, posteriormente são carreados aos corpos hídricos, podem causar eutrofização, um processo que leva ao crescimento excessivo de algas, diminuição da quantidade de oxigênio na água e, como consequência, mortalidade de peixes, algo que foi observado nos relatos. Apesar desse cenário de forte antropização no entorno, ou seja, de transformação do meio ambiente por meio da ação humana e suas atividades econômicas, a Terra Indígena Kraolândia permanece em grande parte conservada e exercendo um importante papel de conservação do Cerrado em meio a uma paisagem altamente modificada.



Vista aérea de um dos limites da terra indígena, em contraste com as áreas do entorno.

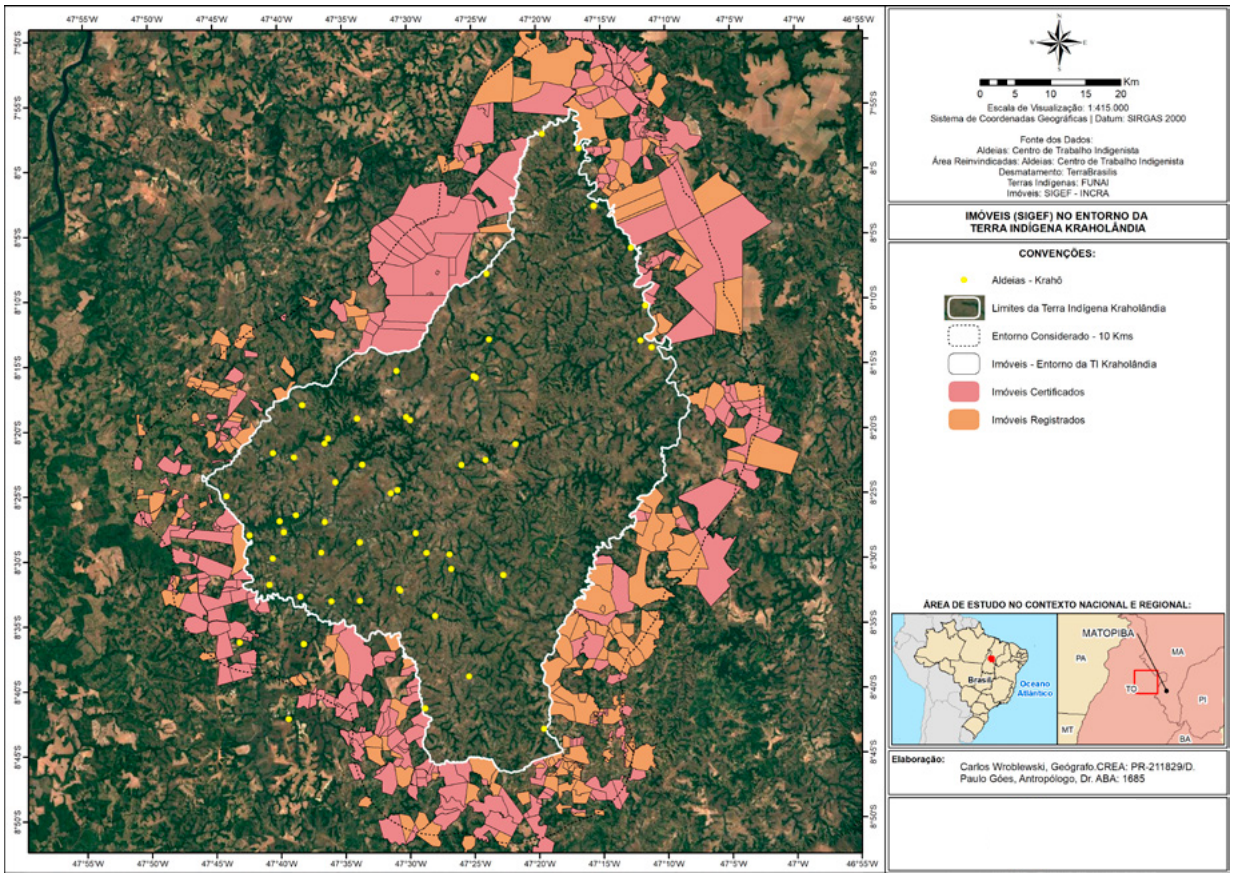
2 Expansão agropecuária e degradação ambiental na bacia hidrográfica do rio Sepotuba - Alto Paraguai, Mato Grosso - Brasil. Disponível em <http://dx.doi.org/10.14393/SN-v31-2019-45603>

3. Panorama Fundiário: glebas e imóveis rurais

Para a compreensão da situação geral da ocupação das terras no entorno (10 km) da Terra Indígena Kraolândia, os dados obtidos de áreas/glebas públicas via Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF), Sistema Nacional de Certificação de Imóveis Rurais (SNCI) e Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP) foram relacionados com os imóveis cadastrados no entorno, permitindo identificar tendências de ocupação.

Foram identificados 472 imóveis rurais particulares, ou fazendas, cadastrados. Dentre esses imóveis, 190 estão na condição de "registrados", ou seja, já têm reconhecimento jurídico formal, com registro atualizado em cartório e 282 estão "certificados", indicando que passaram por validação técnica quanto à sua delimitação espacial, mas ainda não foram efetivamente registrados.

A área máxima observada dessas propriedades foi de 11.317 hectares, sendo a área mínima de 4,07 hectares e área média de 453,9 hectares, predominando assim imóveis de grande porte, voltados a agropecuária intensiva, em sua maioria.



Mapa: Imóveis (SIGEF) no entorno da TI Kraolândia.

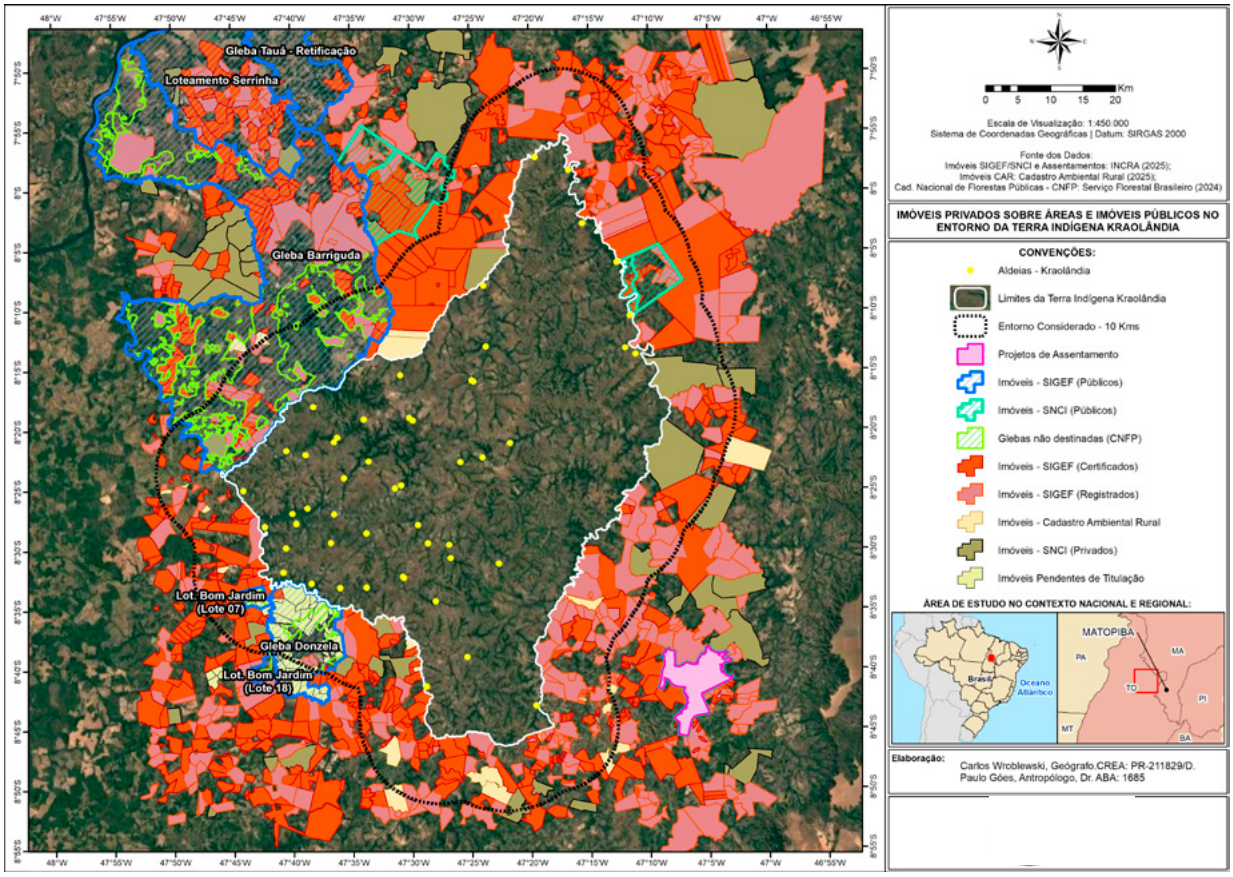
Os imóveis privados se encontram em um panorama de sobreposição com glebas públicas, ambos registrados no SIGEF, além de estarem sobrepostas a áreas de glebas não destinadas incluídas no Cadastro Nacional de Florestas Públicas (Atualização de 2024).

No entorno da Terra Indígena Kraolândia se encontram as seguintes glebas púbicas registradas:

- Loteamento Serrinha – Parte 1;
- Gleba Donzela – Parte 1;
- Lote 7 – Loteamento Bom Jardim – Parte 1;
- Lote 18 – Loteamento Bom Jardim – Parte 1;
- Gleba Barriguda

Os dados de imóveis privados cadastrados no Sistema de Gestão Fundiária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária foram cruzados com as informações de glebas não destinadas do Cadastro Nacional de Florestas Públicas, sendo que no entorno de 10 kms da Terra Indígena Kraolândia existem 88 imóveis com alguma sobreposição a glebas públicas não destinadas, sendo:

Glebas públicas sem destinação	Imóveis sobrepostos
Gleba Barriguda	48 imóveis
Gleba Fazenda Santa Maria	18 imóveis
Gleba Donzela	10 imóveis
Lote 18 do Loteamento Bom Jardim Parte 1	7 imóveis
Loteamento Serra do Morro Grande – Fazenda e Sítio Taquari	7 imóveis

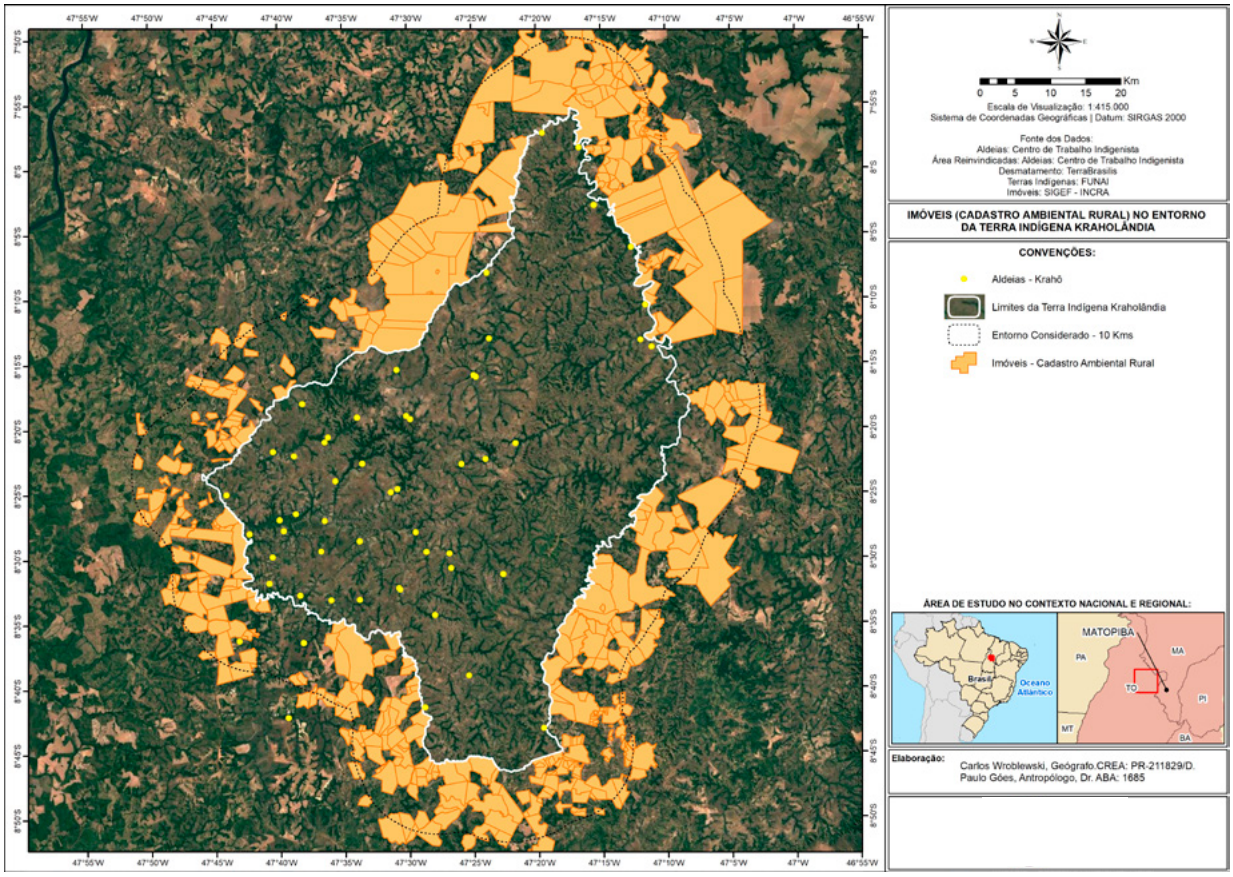


Mapa: Imóveis privados sobre áreas e imóveis públicos no entorno da TI Kraolândia.

Foram levantados também os dados do Cadastro Ambiental Rural, sendo identificados 1.579 cadastros com área declarada no entorno da TI Kraolândia até a data de 12 de março de 2025. Desses, 145 cadastros estão com o status “Conflito”, indicando sobreposições ou pendências relacionadas a outras propriedades ou áreas protegidas por lei, outros 1.374 encontram-se ativos e outros 60 estão suspensos.

A área máxima encontrada nos Cadastros foi de 17.379 hectares, com a média situando-se em 219,7 hectares. Desses, 25% dos imóveis têm menos de 1,4 hectares e outros 25% possuem mais de 178 hectares, com a média sendo de 48,3 hectares.

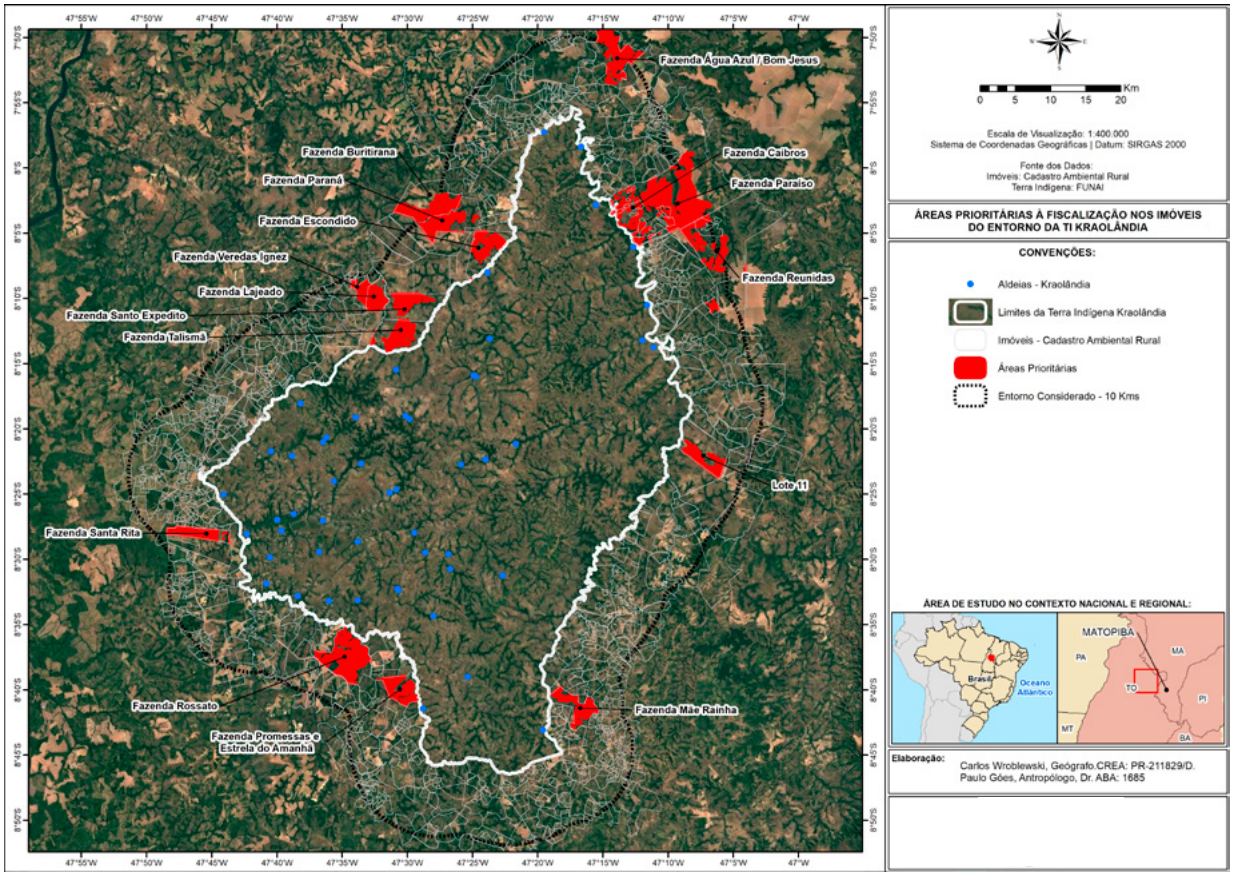
A distribuição por município é de 888 em Goiatins, 371 em Itacajá e 265 no município de Recursolândia. Além de 28 em Centenário, 26 em Campos Lindos e apenas 1 em Santa Maria do Tocantins. Os três primeiros municípios (Goiatins, Itacajá e Recursolândia) juntos somam 1.524 dos 1.579 cadastros válidos, ou seja, 96,5% do total.



Mapa: Imóveis (Cadastro Ambiental Rural) no entorno da TI Kraolândia.

Tendo em vista o complexo contexto fundiário no entorno da Terra Indígena Kraolândia, foram definidos 12 imóveis rurais como prioritários para monitoramento em decorrência dos impactos que potencialmente promovem na Terra Indígena Kraolândia, são eles: Fazenda Paraíso e Caibros, Fazendas Rosatto, Fazenda Água Azul, Fazenda Buritirana e Paraná, Fazendas Veredas Ignez, Fazenda Reunidas, Fazenda Talismã, Fazenda Promessas e Estrela do Amanhã, Fazenda Santa Rita, Lote 11, Fazenda Mãe Rainha, Fazenda Santo Expedito.

Somadas, essas 12 áreas possuem 29.293,17 hectares, em apenas 7 dessas áreas foi possível identificar nomes das empresas e pessoas físicas que reivindicam, sendo 4 áreas nas mãos de particulares (3 da região Sul e 2 Sudeste) e 2 áreas em nome da empresa Eco Brasil Florestamento, proprietária de 18 fazendas somente em Goiatins.



Mapa: Áreas prioritárias à fiscalização nos imóveis do entorno da TI Kraolândia.

Imóveis rurais no entorno da TI Kraolândia prioritários para monitoramento		
1	**Fazenda Paraíso e Caibros**	
	Código SIGEF	Paraíso: 9211571024075 / 9500680858557 / 9999381437310 Caibros: 9999546504638
	Proprietário	Agropecuária GAM - CNPJ: 44.910.512/0001-60 Armelindo Munaretto, Getúlio de Abreu, Fernando Biesek
	Área (ha)	17.368,94
2	**Fazendas Rossato**	
	Código SIGEF	9500258226637 e 9500177413882
	Proprietário	Luis Rossato - CPF: 244.681.000-44 Nereida Laurini Rossato (candidata a vereadora pelo PFL no ano 2000) - CPF: 785.429.630-00
	Área (ha)	3.783,82

3	**Fazenda Água Azul**	
	Código SIGEF	Fazenda Bom Jesus: 9501060664864 / 9501060665089 / 9501060664945 Fazenda Lote 09: 9230100052669 Fazenda Santa Rita: 9500255339716 / 9501220853162
	Proprietário	Eco Brasil Florestas - CNPJ: 08.787.150/0001-07
	Área (ha)	3.508,87
4	**Fazenda Buritirana e Paraná**	
	Código SIGEF	9230100108478 / 9500251494547
	Proprietário	Empresa XXXSS TRAINING XXX
	Área (ha)	6.332,15
5	**Fazendas Veredas Ignez**	
	Código SIGEF	Não possui
	Proprietário	Não encontrado
	Área (ha)	1.931,84
6	**Fazendas Reunidas**	
	Código SIGEF	9230100097506
	Proprietário	José Carlos Barbuio (escritor e advogado paulista) - CPF: 463.632.898-15
	Área (ha)	1.931,84
7	**Fazenda Talismã**	
	Código SIGEF	Não possui
	Proprietário	Não encontrado
	Área (ha)	2.842,43

8	**Fazenda Promessas e Estrela do Amanhã**	
	Código SIGEF	Lote 12H - Firmesa: 9501655890809 - Lote 12F / Firmesa: 9501655890809 / Lote 12C - Firmesa: 9230280152615
	Proprietário	Lote 12H, lote 12F e lote 24: Anaurelino Martins da Rosa Lote 14: Claus José Wilbert Lote 17: Dalton Melz; Lote 37A e 38: Jeferson Leandro Comin Lote 47: Loteamento Firmesa, Gleba 1 - 1ª Etapa - Parte 1 - Samoel Ferreira Primo Lote 32: Loteamento Firmesa, Gleba 1 - 1° Etapa - Parte 1 - Agropecuaria Sartoretto Lote Firmesa, Gleba 1 - 1ª Etapa - Parte 1 - Lote 50A1, parte do lote 50/A, do Loteamento Firmeza, Gleba 1 - 1ª Etapa - Parte 1 - Adauto Gomes de Moraes
	Área (ha)	1.753,86

9	**Fazenda Santa Rita**	
	Código SIGEF	9230280084431
	Proprietário	Eco Brasil Florestas - CNPJ: 08.787.150/0001-07
	Área (ha)	1.211,67

10	**Lote 11**	
	Código SIGEF	Não possui
	Proprietário	? - Limite da Tl, diversos outros lotes abertos no entorno
	Área (ha)	3.076,42

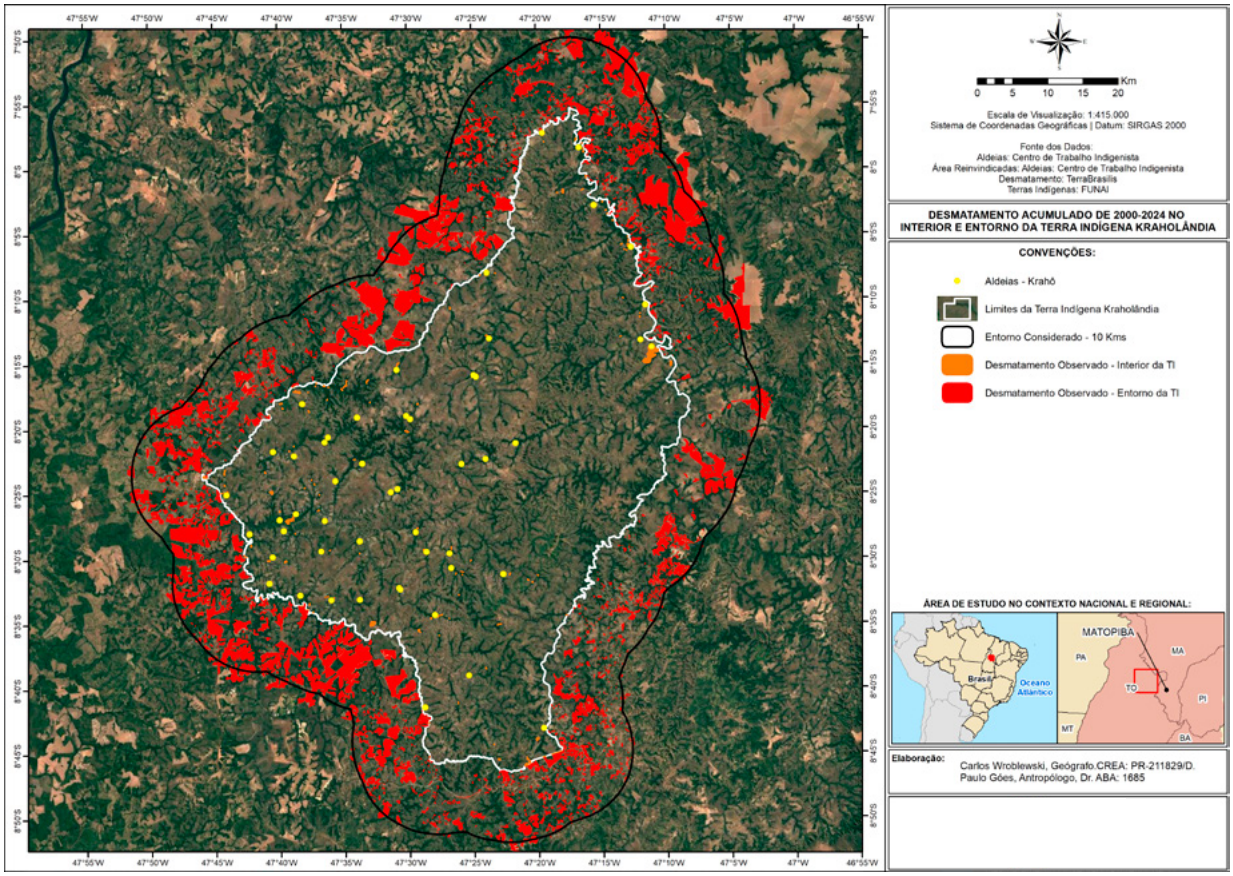
11	**Fazenda Mãe Rainha**	
	Código SIGEF	Fazenda Lageado - Lote 19 do Loteamento Paciência: 9230280085594 Fazenda Lote 19-A, Loteamento Paciencia - Parte 1: 9511453651816
	Proprietário	XXXXXX PEREIRAXXXXXX ***.836.758** XXXXXX APARECIDOXXXXXX ***.204.788** XXXXXXDA SILVA SIMOES PXXXXXX ***.341.178** XXXXXX PXXXXXX ***.127.778+*
	Área (ha)	1.789,11

12	**Fazenda Santo Expedito**	
	Código SIGEF	9,2301E+12
	Proprietário	Ariovaldo Roque Quintana Filho - CPF: 252.704.748-32
	Área (ha)	2.843,15

A chegada da soja é acompanhada de desmatamentos, contaminação dos rios e grilagem de terras. A especulação e expropriação de terras atinge as famílias de pequenos agricultores posseiros que vivem nos povoados e áreas rurais no entorno da terra indígena, como é o caso da Gleba Tauá, situada nos municípios de Barra do Ouro e Goiatins-TO. A Gleba está fora do raio dos 10km deste diagnóstico, mas é um caso emblemático de grilagem e expulsão de pequenos agricultores pelos sojicultores, havendo um inquérito civil público para apurar as denúncias de irregularidades na ação de regularização fundiária desta Gleba.

4. Histórico do Desmatamento

Os dados observados no entorno da Terra Indígena Kraolândia indicam um desmatamento de 73.204,95 hectares entre 2000 e 2024, tendo uma média de desmatamento anual de 3.327,49 hectares.



Mapa: Desmatamento acumulado de 2000-2024 no interior e entorno da TI Kraolândia.

A partir de 2013, momento em que os dados passam a ser contabilizados anualmente, percebe-se uma queda, seguida de uma forte alta, depois novamente uma queda até 2018, momento em que novamente há um salto de desmatamento. Entre 2022 e 2023 há uma leve queda, mas ocorre uma ascensão contínua até os dias atuais.

Evolução do desmatamento - TI Kraolândia (2002-2024)



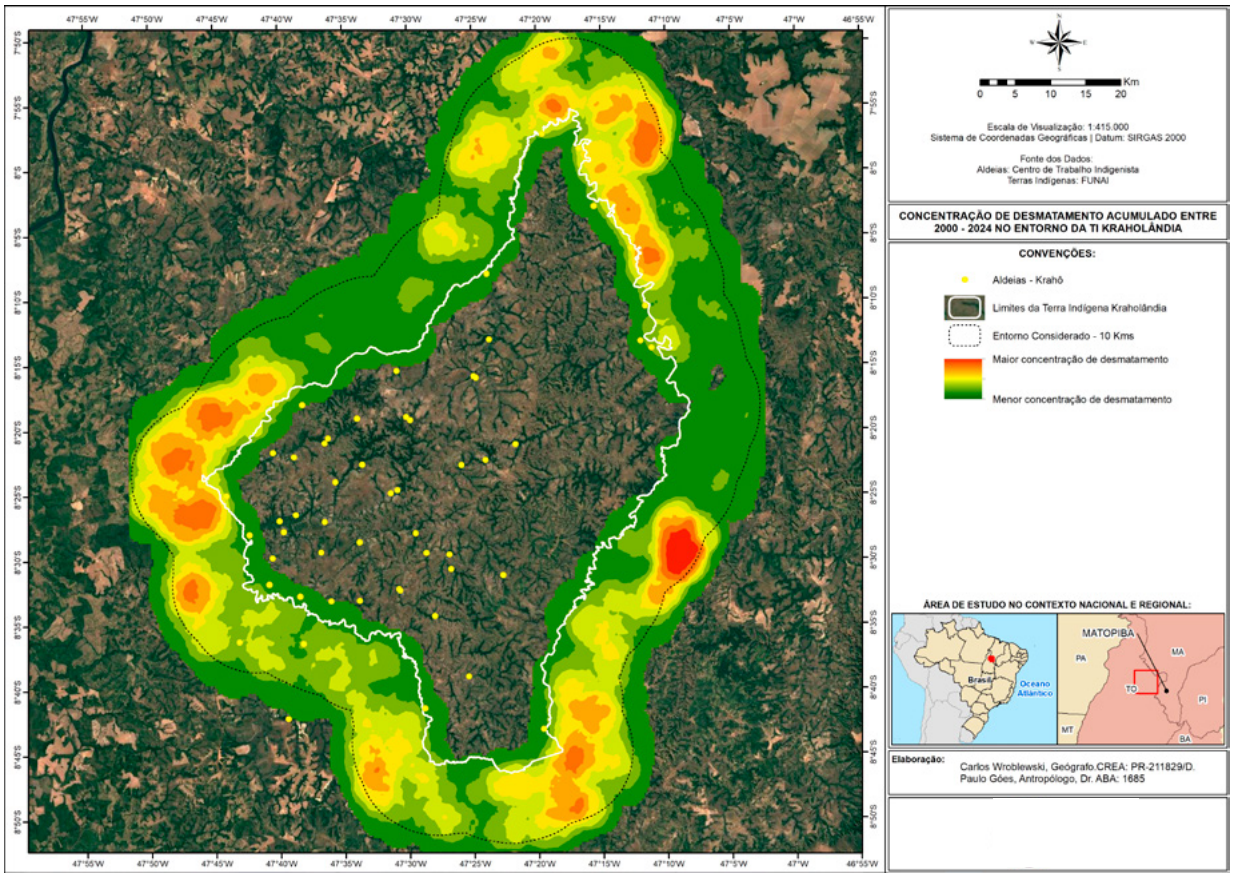
Destaca-se que mesmo os dados sendo atualmente contabilizados ano a ano, os valores são próximos ao que era observado quando os dados eram contados bianualmente, o que releva a forte expansão do desmatamento no período recente.

Dados anuais referentes ao desmatamento no entorno da Terra Indígena Kraolândia.

Desmatamento observado	Área (ha)
2002	2.733,58
2004	5.444,35
2006	8.255,57
2008	7.275,43
2010	4.110,09
2012	6.602,49
2013	1.147,80
2014	3.154,82
2015	4.894,02
2016	3.914,71
2017	2.022,38
2018	931,27
2019	2.608,40
2020	3.210,94
2021	3.085,13
2022	5.251,97
2023	4.145,95
2024	4.416,05
Desmatamento total: 73.204,95	

Ao analisar os principais focos de desmatamentos no entorno da TI Kraolândia, observa-se que existem diversas frentes de expansão do desmatamento, com destaque para as porções leste e oeste da Terra Indígena e, em menor medida, o norte da TI também é afetado.

Observando os dados de desmatamento juntamente aos dados de uso da terra do ano de 2023, é possível observar a correlação entre eles, tendo em vista que, principalmente, nas porções a oeste da TI houve intensa transformação de áreas de vegetação nativa em pastagens.



Mapa: Concentração de desmatamento acumulado entre 2000-2024 no entorno da TI Kraolândia.

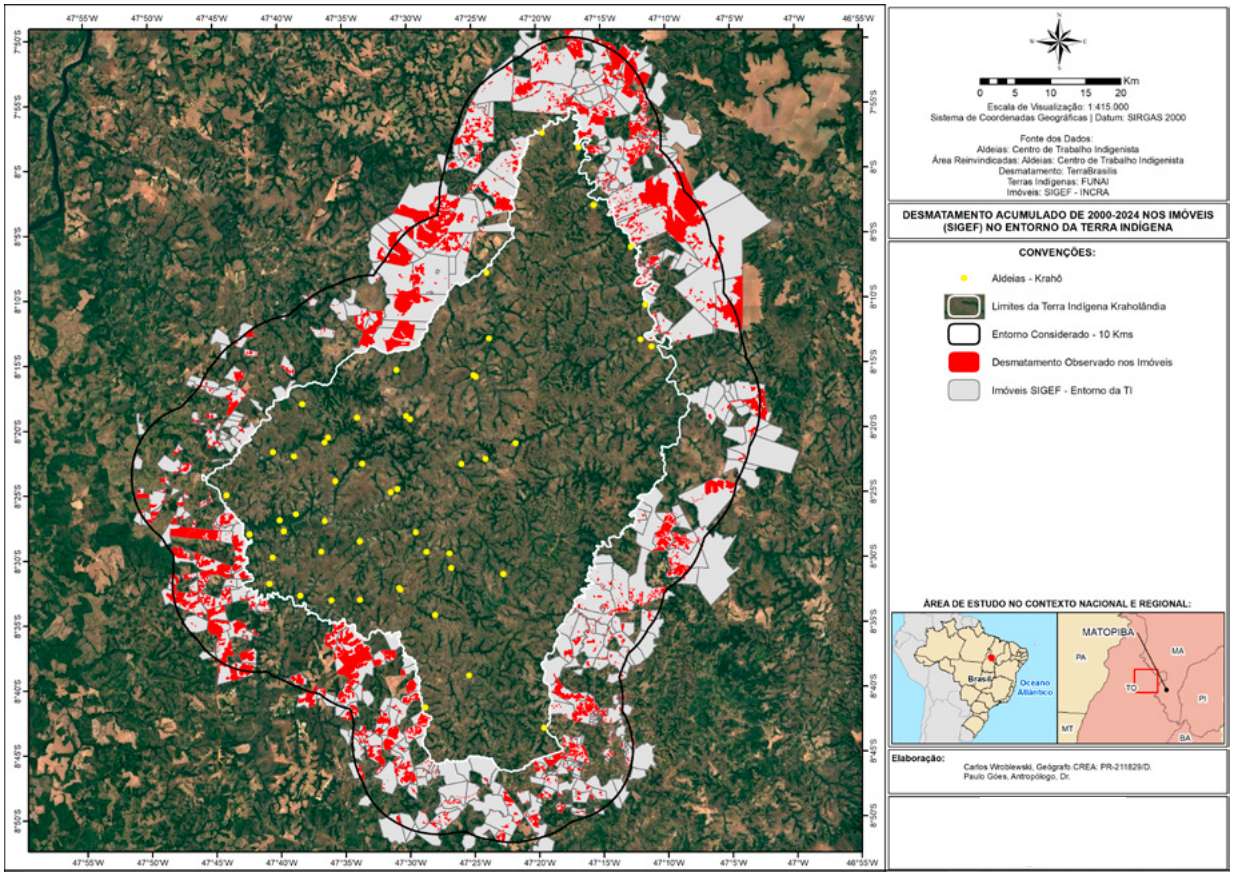
Os dados de desmatamento atuais foram cruzados com os imóveis rurais encontrados na base do Sistema de Gestão Fundiária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. O cruzamento entre os dados indicou que no entorno da TI Kraolândia existem 472 imóveis rurais privados e entre estes existe algum tipo de desmatamento registrado em 421, representando 89% do total dos imóveis encontrados. Mais da metade das propriedades desmata menos que 30 hectares, no entanto, a média das áreas desmatadas é de 108,9 hectares, o que significa que poucas propriedades são responsáveis por grandes áreas desmatadas.

A maior área desmatada se encontra na Fazenda Paraíso, com 2.058 hectares sem vegetação. Essa fazenda em particular faz parte de um conjunto de imóveis rurais que ocupam um dos platôs a leste da terra indígena e onde se verifica o plantio de soja em toda a área, refletindo o padrão de expansão das monoculturas de grãos para as áreas de chapada em razão das características físicas dessas formações que, por serem majoritariamente planas, facilitam a mecanização agrícola.



Detalhe das áreas desmatadas na Fazenda Paraíso, incluindo as linhas divisórias de outros imóveis.

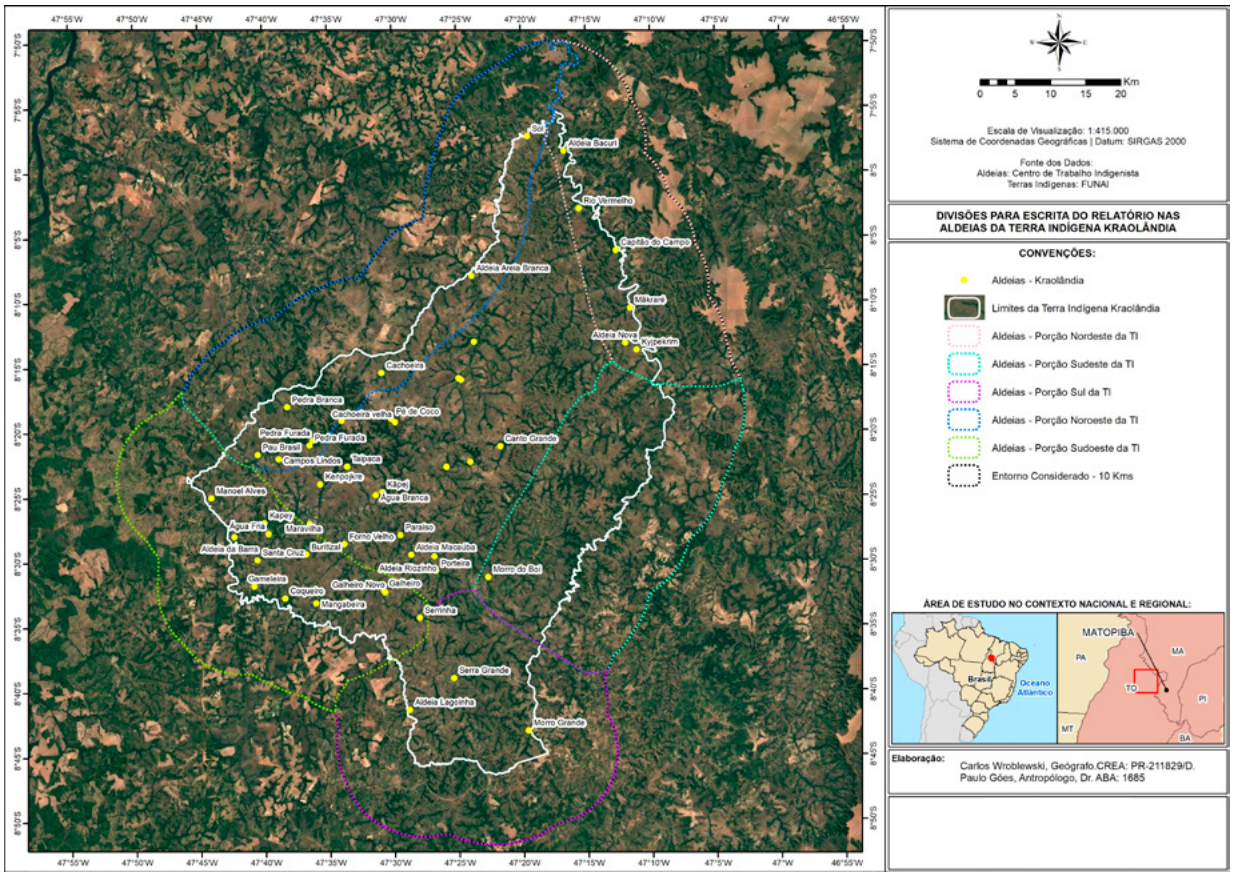
Do total da área do entorno da TI, cerca de 25% se encontra desmatada, sendo que 10 imóveis possuem mais de 80% de sua área completamente desmatada. Cabe aqui destacar que segundo a legislação ambiental toda propriedade deve conservar uma área de vegetação nativa, a Reserva Legal. No bioma Cerrado fora dos limites da Amazônia Legal, a área mínima de Reserva Legal é de 20% e dentro da Amazônia Legal é de 35%. Portanto, tudo indica que as propriedades não estão cumprindo a legislação de manutenção da Reserva Legal em suas áreas.



Mapa: Desmatamento acumulado de 2000-2024 nos imóveis (SIGEF) no entorno da TI Kraolândia.

5. Microrregiões, pressões e impactos

Tendo em vista a extensão da terra indígena e áreas do entorno foi feita uma divisão em 5 microrregiões de análises a partir de dados geográficos (bacias hidrográficas, relevo e outras) e etnográficos, que indicam as diferentes pressões sofridas em cada uma delas.



Mapa: Divisões para escrita dos relatórios nas aldeias da TI Kraolândia.

A **porção Noroeste** é uma região fortemente afetada pelo desmatamento das fazendas do entorno: Talismã, Lajeado, Santo Expedito, Vereda Ignês, Buritirana, Paraná e Escondido. Os depoimentos dos Krahô indicam altos índices de contaminação dos rios da região das aldeias Sol e Areia Branca. A empresa Eco Brasil Florestas S.A possui vários imóveis nessa região. A empresa, constituída em 2007, se define como “uma sociedade anônima de capital fechado com o objetivo de desenvolver projetos de reflorestamento de larga escala”, a Fazenda Alô Brasil está entre suas propriedades.

Além da contaminação dos rios que fazem limite da terra indígena, em razão de parte da bacia hidrográfica estar localizada na área das fazendas, os depoimentos indicam também importantes alterações no curso desses rios em decorrência de processos de assoreamento.



Áreas erodidas, pastagens e plantações no entorno da TI Kraolândia, próximas a aldeia Pedra Branca.

O padrão de uso e ocupação do solo por meio do desmatamento para introdução dos monocultivos está promovendo grandes impactos nas cabeceiras, com deslocamento das nascentes à jusante, aumento dos períodos de escassez e até desaparecimento total das nascentes.



Vasta área de plantação de soja próxima aos limites da região noroeste da TI, nas proximidades da aldeia Areia Branca.

A **região Nordeste** é cortada pelo Rio Vermelho, trata-se de uma região com invasões de caçadores e pescadores, especialmente no período do verão. São muitos os relatos de assoreamento dos rios, além da presença constante de pulverização aérea na região, com inúmeros efeitos relatados de contaminação por agrotóxicos na fauna e nas pessoas.

Esta região, especialmente no entorno das propriedades identificadas como desmembramento da Fazenda Caibros e Fazenda Paraíso, possui um aglomerado expressivo de imóveis rurais, trazendo à tona a forte pressão fundiária e de desmatamento.

A Fazenda Paraíso, do Grupo Armelindo Munaretto, foi objeto do Decreto de 18 de Outubro de 1999 que "Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural, conhecido por "Fazenda Paraíso", situado no Município de Goiatins, Estado do Tocantins, e dá outras providências". Não foi possível observar quaisquer efeitos desse Decreto na região que está concentrada nas mãos de sojicultores. Os primeiros desmatamentos ocorreram a partir de 2004.

Há uma diferença no porte das propriedades na porção nordeste, sendo áreas maiores que na porção sudoeste e sul. Assim, o padrão de fragmentação de imóveis, o tamanho deles e a coloração vermelha do entorno, sugere uma associação entre grandes empreendimentos agropecuários e áreas de maior risco ou pressão, ocupando toda a porção dos platôs ou topos de chapada. A concentração da sojicultura nessa região é responsável direta pela contaminação da bacia do Rio Vermelho, algo amplamente relatado pelos Krahô.

Fazendas localizadas no entorno da porção Nordeste da Terra Indígena Kraolândia.



Além da soja, as invasões têm impactado diretamente a biodiversidade da região, as lideranças Krahô denunciam a pesca de arrasto na região, motivo de grande preocupação em decorrência da intensidade dos impactos que acarretam sobre a fauna aquática. Atualmente, por exemplo, já não se vê mais a presença de tracajás ao longo do Rio Vermelho.

A **região Sudoeste** possui grande número de aldeias, às quais se localizam em sua maioria na bacia hidrográfica do rio Gameleira, afluente do rio Manuel Alves, que percorre os limites da terra indígena.

Nessa porção do território Krahô, os impactos das atividades econômicas são muito semelhante àqueles já descritos nas porções Noroeste e Nordeste. O fato de parte importante da drenagem dessa bacia ter origem nas áreas das fazendas, traz ao contexto uma vulnerabilidade de contaminação por agrotóxicos, a perda de nascentes e diminuição dos rios e lagos e os efeitos do assoreamento como consequência dos desmatamentos.

As mudanças ambientais, tais como a redução da disponibilidade de água e processos até então desconhecidos de secamento de lagoas que consideravam perenes, são acompanhados por mudanças no perfil dos vizinhos. Segundo relatos colhidos, a chegada de um novo povo, “de fora”, sem nenhuma relação com a terra, com o objetivo exclusivo no aproveitamento do solo para produzir e comercializar, marca um novo momento histórico do território Krahô, muito mais pressionado e impactado ambientalmente.

Diversas áreas de plantio, próximas as planícies de inundação do rio.
Limite da Terra Indígena na porção Sudoeste nas proximidades com Aldeia da Barra.



A **região sudoeste** se destaca por ser uma zona crítica de pressão sobre a TI. É a região dos desmembramentos do Loteamento Firmesa, que possui várias fazendas potencialmente responsáveis pela contaminação e assoreamento dos rios Gameleira e Manoel Alves Pequeno, impactando a região das aldeias Serrinha, Mangabeira, etc. Nessa região também está localizada a imensa área da Fazenda Rossato, contígua a terra indígena, distante apenas 3 km da aldeia Mangabeira, e com plantio de soja de modo intensivo, ocupando praticamente toda a área da propriedade. A fazenda está registrada em nome de Luis Rossato e Nereida Laurini Rossato, que foi candidata vereadora PFL ano 2000. Se destaca que a fazenda seja referida enquanto "povoado Luiz Rossato" nos trâmites legislativos para justificar a recuperação da TO-432 conforme reportagem veiculada pela Assembléia Legislativa do Tocantins em 2015.

A **porção Sudeste** é uma região cujos limites são em grande parte acessíveis somente por trilhas, uma vez que não há estradas internas ou no entorno imediato. É um pouco menos pressionada em relação às fazendas e agronegócio que as demais áreas analisadas, em razão dos acessos rodoviários precários. Também é uma região alta com rios de pouca profundidade que impedem a navegação motorizada. Mesmo se tratando de uma área de difícil acesso, ainda assim, há muitos registros de invasões ao território que partem de moradores do município de Recursolândia.

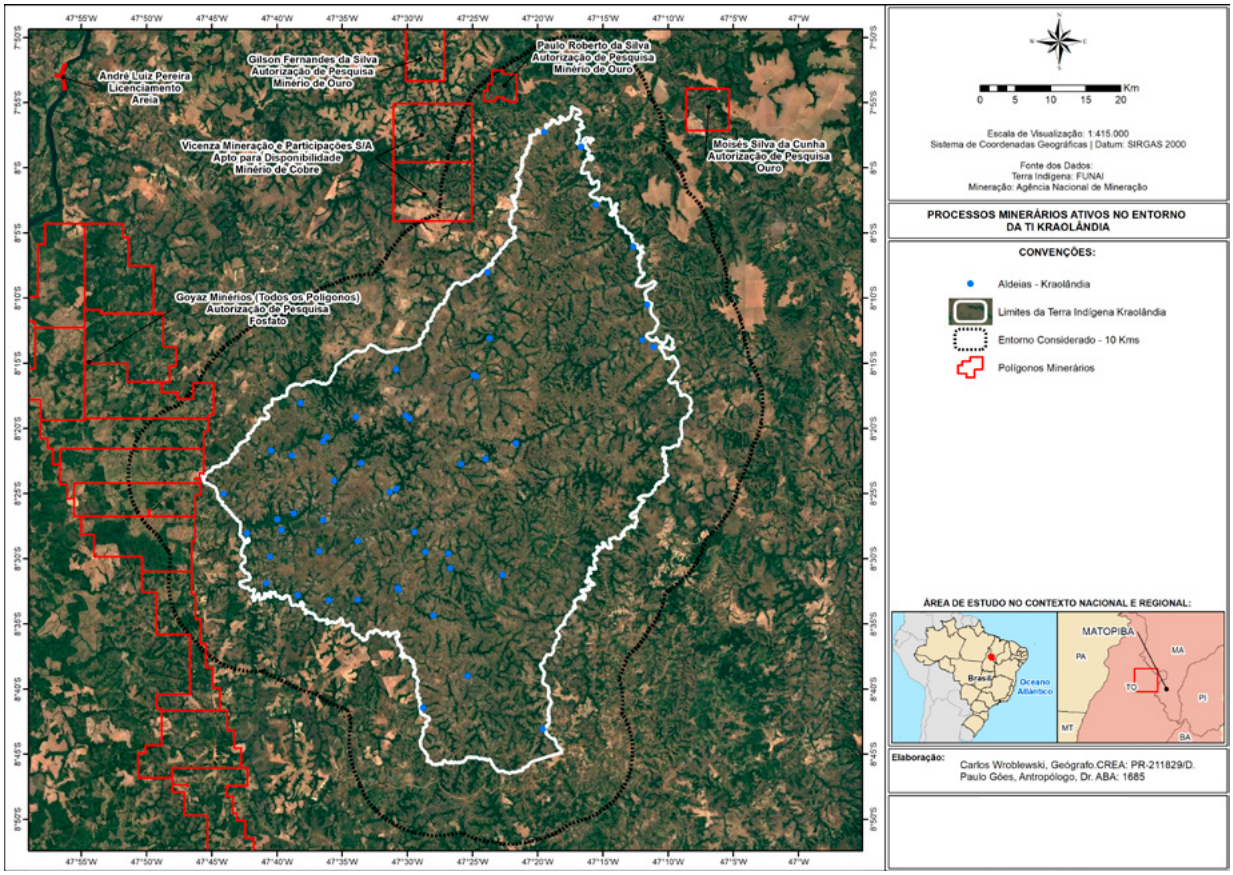
As invasões recorrentes são atribuídas aos sertanejos, famílias de posseiros cujos antepassados viveram dentro ou no entorno da área que foi demarcada para os Krahô. Embora estes sejam muitas vezes os invasores para a coleta de ovos de arara, caça, madeira e pesca, o desenvolvimento de ações com essas famílias de posseiros tradicionais que vivem no entorno da terra indígena tem potencial para trazer essas famílias como aliadas na defesa do território, em um contexto em que gradativamente os Krahô serão ainda mais pressionados pelo aumento do valor da terra, pela grilagem e pressão do agronegócio.

Uma preocupação adicional que está presente no relato das lideranças é o projeto de abertura de estrada entre Recursolândia e Balsas no Maranhão. Como é amplamente divulgado, Balsas é um dos municípios com maior produção de soja em toda região, com áreas contínuas de plantios que ultrapassam 100 quilômetros de extensão. A abertura de um acesso entre Recursolândia e Balsas aceleraria a velocidade do desmatamento e transformação de áreas nativas de Cerrado em monoculturas de grãos.

A região Sul é uma área do território com relevo alto por se localizar no divisor de águas das bacias hidrográficas do rio Sussuapara (que corre sentido nordeste para

o Rio Vermelho) e os formadores do rio Gameleiro (que correm sentido a porção sudoeste da TI). Possui uma especificidade em relação às demais regiões que são os registros de mineração no entorno da terra indígena.

Os dados obtidos junto à Agência Nacional de Mineração (ANM) confirmam a existência de requerimentos e autorizações para exploração de ouro e minério de ouro no entorno da Terra Indígena Kraolândia. As áreas de interesse abrangem diversos processos minerários ativos, o que evidencia a pressão contínua sobre as áreas próximas à TI por atividades de extração desse mineral, permitindo deduzir que deve existir a presença de garimpeiros ilegais atuando no entorno.



Mapa: Processos minerários ativos no entorno da TI Kraolândia.

A **região Sul**, além dessas ameaças específicas, compartilha com as demais regiões da terra indígena os impactos decorrentes das invasões, especialmente por grupos motorizados em busca de capim dourado, demonstrando a exploração econômica de outros recursos naturais da terra indígena. A exemplo do que ocorre na região Sudeste e Nordeste, as invasões na região Sul são promovidas pelos sertanejos que vivem na vizinhança e estabelecem algum tipo de relação histórica com os Krahô e seu território.

6. Considerações finais

Os dados levantados no diagnóstico demonstram que a Terra Indígena Kraolândia está sendo fortemente pressionada pelo avanço da fronteira do agronegócio. Grandes grupos políticos e econômicos, como a Eco Brasil Florestas e Munaretto, donos das fazendas de soja e eucalipto, são os responsáveis pelo desmatamento de importantes áreas de vegetação nativa do Cerrado, gerando degradação ambiental, conflitos e inúmeros impactos ao território, à saúde e aos modos de vida dos Krahô.

Diante desse cenário que indica uma tendência de intensificação no médio prazo, recomenda-se ações estratégicas no sentido de promover a proteção e integridade da Terra Indígena Kraolândia:

- Realizar ações periódicas de fiscalização e de vigilância indígena nas regiões de limites da terra indígena;

- Ampliar as redes de interlocução com as famílias dos sertanejos/camponeses do entorno, visando a sensibilização e respeito ao usufruto exclusivo dos indígenas em relação aos recursos naturais de seu território;

- Avançar no levantamento e monitoramento dos dados de desmatamento das fazendas, de modo a identificar possíveis descumprimentos da legislação ambiental, no que diz respeito à conservação das áreas de reserva legal, áreas de proteção permanente e autorizações de supressão de vegetação;

- Monitorar os processos minerários do entorno;

- Realizar estudos aprofundados de contaminação por agrotóxicos nos recursos hídricos;

- Monitorar eventuais aplicações da Lei 3.525/2019, que dispõe sobre o reconhecimento e a convalidação dos registros imobiliários referentes a imóveis rurais no estado do Tocantins.



Vista aérea da TI Kraolândia.

Realização

Apoio

Centro de Trabalho Indigenista - CTI
Associação Wyty-Catë das Comunidades Timbira do Maranhão e Tocantins

2025